

**AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.466.279 - MS
(2014/0165209-2)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : CAETANO ROTTILI
ADVOGADO : GUSTAVO ROMANOWSKI PEREIRA - MS007460
ADVOGADA : GISELE FOIZER LORENZETTO - MS014696
**AGRAVADO : RIO PARANÁ COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS
FINANCEIROS**
**ADVOGADOS : DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA -
MS006835**
JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241
EDUARDO LORENZONI CANDEIA E OUTRO(S) - DF025430
**WALBERTO LAURINDO DE OLIVEIRA FILHO E OUTRO(S) -
MS014050**
INTERES. : ANTÔNIO CARLOS MACHADO RODRIGUES
ADVOGADO : GETÚLIO RIBAS E OUTRO(S) - MS003484A
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
INTERES. : MILTON LAURO SCHMIDT
ADVOGADOS : GUSTAVO ROMANOWSKI PEREIRA - MS007460
JADER EVARISTO TONELLI PEIXER E OUTRO(S) - MS008586
LUIS FERNANDO NUNES RONDÃO FILHO - MS008789

DESPACHO

Para que se evite alegação de surpresa e considerando a aplicabilidade das normas do NCPC a este recurso, especialmente o cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do NCPC), intime-se a parte agravante para esclarecer se insiste no conhecimento do agravo interno, no prazo de 5 dias.

O silêncio será interpretado como ausência superveniente do interesse recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator